

Senado cria comissão

Cidade

Jornal de Brasília

para apurar obra do lago

A Comissão do Distrito Federal no Congresso decidiu ontem, por cinco votos a quatro, a criação da subcomissão que vai apurar as denúncias de irregularidades no projeto de despoluição do Lago Paranoá, denunciado há duas semanas pelo *Jornal de Brasília*. O voto decisivo, dado pelo senador e presidente da Comissão do DF, Meira Filho, aprovou a sugestão do senador Pompeu de Sousa e já definiu dois dos três nomes que farão parte da subcomissão: o próprio Pompeu de Sousa (PMDB) e o senador Maurício Corrêa (PDT). O terceiro nome será escolhido na próxima semana, em nova reunião da Comissão.

A decisão de se criar ou não a subcomissão foi amplamente discutida, deixando alguns parlamentares exaltados. O senador Alexandre Costa (PFL/MA), por exemplo, claramente contrário a sugestão de Pompeu de Sousa, afirmou que todos os senadores presentes sabiam que "nada vai se apurar". Esta afirmação foi rebatida pelo senador Ronan Tito (PMDB/MG) que definiu a explicação do senador do Maranhão com "características mediúnicas", e que colocaria em descrédito a ação dos parlamentares brasileiros. "Se há uma denúncia, é nossa obrigação, como representantes do povo, que vai pagar a obra, averiguar", defendeu Tito.

Os Contra

Quatro senadores votaram contra a criação da subcomissão que vai apurar as denúncias de irregularidades na despoluição do Lago Paranoá: Edison Lobão (PFL/MA), Saldanha Derzi (PMDB/MS), Mauro Borges (PDC/GO) e Alexandre Costa (PFL/MA). O senador Alexandre Costa justificou sua posição contrária à criação da subcomissão por estar convencido que nada de errado aconteceu na concorrência, como também, nos valores da obra que de 45 milhões, em novembro de 1985, subiram para 125 milhões, este ano. "A explicação do presidente da Caesb foi brilhante", declarou ele.

O senador se referiu ao depoimento que o presidente da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb), Willian Penido, deu na semana passada àquela comissão, onde justificou o aumento do valor da obra de 45 para 125 milhões de dólares, como resultado da variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), que

segundo ele teria variado na ordem de 600%.

A favor

Os senadores Pompeu de Sousa (PMDB), Francisco Rolemberg (PMDB/SE), Ronan Tito (PMDB/MG) e Aluizio Bezerra (PMDB/AC) votaram a favor da criação da subcomissão. Maurício Corrêa estava viajando. Aluizio Bezerra defendeu a aprovação como uma forma de tirar "todas as dúvidas". Já Pompeu de Sousa, que formalizou o pedido de criação da subcomissão, apontou diversas falhas no projeto feito para despoluir o Lago e que ele não acredita que atingirá seu objetivo. "Esse projeto está ultrapassado e de forma nenhuma vai solucionar o problema da poluição do Lago Paranoá", afirmou Pompeu. Ele citou o relatório do projetista da obra, o sul-africano James Barnard, que impõe uma série de condições para que o sistema de tratamento terciário — feito à base de produtos químicos — tenha resultado. Uma destas condições, completou Pompeu, depende do não crescimento da população da bacia, e isto já está previsto com o plano de expansão Lúcio Costa.

Minerva

Com o resultado empatado a decisão final foi do presidente da Comissão, o senador Meira Filho, que depois de um breve discurso onde salientou que estava convencido das explicações dadas por Penido à Comissão na semana passada, mas que a função da subcomissão era de averiguar e não pré-julgar, votou favorável à criação.

Depois da definição pela criação da subcomissão, o senador Meira Filho indicou os três nomes que vão fazer parte: Ronan Tito, Pompeu de Sousa e Maurício Corrêa. Os representantes da bancada do PFL não acataram a decisão e exigiram de Meira Filho que um nome do PFL fosse incluído. Assim, ficou para a próxima terça-feira a definição completa da subcomissão que poderá, segundo explicou Meira Filho, ter a duração de 45 dias, prorrogáveis, ou, ainda, dependendo de sua decisão, se compor numa subcomissão permanente que acompanhará todo o desenrolar do projeto de despoluição do Lago Paranoá.

A reunião da Comissão do DF no Senado foi tensa, principalmente por causa da relutância de senadores, não eleitos pelo DF, em aceitar uma investigação que interessa à população de Brasília.